LINGUAGEM, IDENTIDADE CULTURAL E DIVERSIDADE: O JEITINHO BRASILEIRO DE SER SOB A ÓTICA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Arlinda Cantero Dorsa (UCDB-MS)
acdorsa@uol.com.br

RESUMO

Sendo uma proposta interdisciplinar, este texto pretende proporcionar um espaço de discussões teórico-analíticas, exposição de resultados e também de propostas para estudos futuros no campo da linguagem, identidade cultural. Faz parte de uma discussão mais ampla, desenvolvida pelo "Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade", formado por professores-pesquisadores da graduação e do mestrado em desenvolvimento local, pós-graduandos/orientandos, acadêmicos em iniciação científica, com uma visão interdisciplinar, bem como pesquisadores ligados a outras instituições, interessados em estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo acima citado. Abre oportunidade para a discussão sobre a relação dos brasileiros com o famoso "jeitinho brasileiro", a partir dos estudos culturais, do ponto de vista da análise crítica do discurso. Objetiva articular pesquisadores em torno do desenvolvimento de trabalhos sobre a temática, trazendo à tona questões provocadoras que envolvem a pluralidade discursiva dos sujeitos envolvidos nas diferentes formas de leitura e linguagens. Neste contexto, a linguagem é vista como o solo da cultura, produto primordial do espírito ao manifestar a liberdade criadora do homem, a identidade cultural como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade, a diversidade considerada como a variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Para cumprir o objetivo proposto, ancora-se em Roberto Da Matta, Livia Barbosa, Teun van Dijk e na análise crítica do discurso, entre outros.

Palavras-chave:
Linguagem. Identidade cultural. Diversidade. Jeitinho brasileiro. Análise do discurso.

1. Reflexões preliminares

O interesse em proporcionar um espaço de discussões teórico-analíticas e também propostas para estudos futuros no campo de linguagem e identidade fazem parte de uma discussão mais ampla desenvolvida pelo "Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade". Formado por professores-pesquisadores da graduação e do mestrado em desenvolvimento local, pós-graduandos/orientandos, acadêmicos em iniciação científica, bem como pesquisadores ligados a outras instituições, interessados em estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo acima citado, com uma visão interdisciplinar.

Este artigo abre oportunidade para se discutir o papel da análise crítica do discurso na concepção de Teun Van Dijk, sobre a linguagem, vista como o solo da cultura, sobre identidade cultural como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados, assim como possibilita entender a relação dos brasileiros com o "famoso jeitinho", admirados por muitos, criticados por outros, a partir da visão de diferentes autores, entre eles, Da Matta e Livia Barbosa.

Objetiva, portanto, analisar a relação da linguagem com a analise crítica do discurso, tratar sobre a identidade cultural como conjunto vivo de relações sociais e patrimônio simbólico e demonstrar o jeitinho brasileiro a partir de diferentes óticas.

2. A relação da linguagem com a análise crítica do discurso

Vários estudos propiciaram o surgimento de um novo campo de estudos no interior da análise do discurso: a chamada análise crítica do discurso. Dentre estes estudos se incluem a sociolinguística (cf. Labov,1972, Chambers,1995); os estudos de linguística textual (cf. VAN DIJK, 1970, KOCK, 2000); a análise de gêneros (cf. SWALES, 1990). Todos estes estudos tiveram como pressuposto que a língua é mais que um sistema fechado, encerrado em si mesmo.

Reagindo claramente aos pontos de vista dicotômicos comuns, a linguística da década de 80 e anteriores, acima de tudo busca uma síntese teórica entre ciências sociais e linguística, a partir de um ponto de vista multidisciplinar. O linguista inglês Norman Fairclough e Wodak (1997) propõe uma visão tridimensional para analisar os textos sob três dimensões indispensáveis à análise crítica do discurso que são: o texto, a prática discursiva e a prática social.

Justificam os autores que o discurso é uma prática social e, como tal, necessita ser depreendido como uma relação social onde ocorre uma dialética entre as situações discursivas institucionais e os eventos discursivos particulares, definidores das práticas discursivas sociais.

Essa retroalimentação contínua provoca a interação do individual com o social. Consideram os autores que a vertente sociocognitiva da análise crítica do discurso instaura-se como uma disciplina multidisciplinar, ligada às ciências sociais e cognitivas, surgindo graças à real importância da linguagem na vida social. Nesta concepção, os indivíduos não têm consciência do poder intervencionista do discurso no controle e molde das cognições sociais.

Neste contexto, analisar o discurso de forma crítica é poder denunciar o quanto as práticas discursivas controlam a mente das pessoas e enquanto interação social exerce uma grande contribuição para sustentar, reproduzir, transformar os eventos discursivos particulares.

Nesse sentido, a análise crítica do discurso passa a se definir por diferentes enfoques teóricos que buscam a mediação entre o texto e o social dentre os quais se encontra a vertente sócio-cognitiva que privilegia, no eixo da transdisciplinaridade, as ciências cognitivas.

Historicamente, a vertente sociocognitiva tem a sua origem na importância crescente que a linguagem assume na vida social, entendendo que os indivíduos não têm consciência do poder intervencionista do discurso, tanto controlando quanto moldando as cognições sociais.

A análise crítica do discurso, abre perspectivas para denunciar o controle das mentes das pessoas e quanto os indivíduos não têm consciência disto em suas práticas sociais discursivas.

O maior representante da vertente sócio-cognitiva, Van Dijk (1997) entende que analisar o discurso socialmente é relacioná-lo entre as estruturas discursivas e contextuais; o estabelecimento desta relação só é considerado se levar em conta as representações mentais, individuais e sociais.

O Discurso é visto como uma prática social, institucionalizada, organizada em um jogo de relações onde os indivíduos passam a representar papéis sociais enquanto participantes de uma situação discursiva previamente convencionada, e são conduzidos a praticar ações de forma a atuar no contexto discursivo (participantes e suas ações) de uma prática social.

As representações sociais são definidoras das culturas e dos grupos sociais; socialmente adquiridas e partilhadas elas organizam e controlam as crenças e suas práticas nos discursos sociais; já as individuais mostram frente a um mesmo acontecimento, diferentes reações.

De acordo com Silveira, (1994, p. 21):

> Essas representações mentais são formas de conhecimento que se tornam persistentes, representativas de um povo e são construídas por adesão (não se questiona o valor de verdade imposto), complementaridade (novos sentidos são completados), oposição (opõe-se ao que foi instaurado como fundador).

Pela visão interacionista, considerar o discurso como ação é observá-lo nas práticas sociais e culturais onde as interações sociais dos indivíduos situam-se em contextos sociais e culturais e possibilitam uma análise de suas estruturas linguísticas consequentes de atos comunicativos mutuamente relacionados.

No estudo de discurso como ação e interação, o contexto é fundamental porque existem variações sociais e culturais com relação aos participantes desde gênero, idade, classe social, educação, posição social, neste sentido Van Dijk (2000, p. 33) reforça que as pessoas adaptam o que dizem e como interpretam o que os outros dizem, portanto, compreender a ação pressupõe atribuir aos falantes ou escritores, intenções, objetivos, propósitos**.**

Sendo assim, a sociedade representa um conjunto de grupos sociais que se organizam a partir de marcos de cognição social e como se diferem de grupo para grupo, são específicos, pois cada marco difere de grupo para grupo.

Entende-se por marco de cognição social o conjunto de conhecimentos oriundos de representações mentais (sociais): adquiridas e partilhadas na sociedade e definidoras da cultura, dos grupos sociais, de forma a organizar e monitorar as crenças e as suas práticas em discursos sociais e (individuais):

Estas representações mentais são construídas socialmente, na medida em que todos os membros de um mesmo grupo social olham o que acontece no mundo, a partir de um mesmo ponto de vista e este é determinado por objetivos, propósitos e interesses comuns a todos os membros de um mesmo grupo social.

> A cognição é construída em sociedade e implica conhecimentos decorrentes das experiências coletivas arquivadas na memória so-

cial e em conhecimentos individuais armazenados na memória de longo prazo.

Ao relacionar o social e o cognitivo, Van Dijk (1997) privilegia a noção de memória, de discurso como ação e interação, de contexto local e global e de papéis sociais. Como ação e interação, os locutores praticam atos sociais e participam de interações sociais situadas em diferentes contextos sociais e culturais: reuniões informais, formais, encontros profissionais, debates etc.

Para compreender como ocorrem as interações sociais, deve-se considerar os parâmetros cognitivos que formam os processos e as estruturas discursivas tanto em geral, quanto em grupos ou em particular.

O objetivo geral da análise crítica do discurso com vertente sócio-cognitiva é compreender a relação entre as estruturas do discurso e os contextos locais, sociais e globais, estabelecendo uma relação com as representações mentais socialmente adquiridas; definidoras da cultura, *elas* "têm natureza social e individual e estão relacionadas à maneira pela qual o indivíduo encontra-se situado em grupos sociais e exposto ao mundo a partir de suas próprias experiências". (SILVEIRA, 1994, p. 21).

Nas práticas discursivas interacionais, a ideologia tanto como sistema social ou individual, assume, na interação social, uma função reguladora, não só do conhecimento como também do sistema de crenças compartilhadas pelos grupos, além de controladora de tudo que grupos consideram como crenças, valores, atitudes.

Sobre esta temática, Van Dijk (2000, p. 56) afirma que "as ideologias são representações mentais que formam a base da cognição social do conhecimento e atitudes compartilhadas por um grupo*";* estas são construídas socialmente através das interações comunicativas nos discursos e são armazenadas na memória de longo prazo por membros de grupo social, já individualmente, elas representam as experiências que o indivíduo tem com o mundo e que se ativam para a sua memória de trabalho por meio dos conhecimentos.

Em uma inter-relação das estruturas sócio-cognitivas do Poder com a Ideologia, a pesquisa investigativa exige que as representações mentais sejam tomadas *por* base, daí a inserção da ideologia para análise de discurso com visão crítica, serem tratadas com as categorias analíticas: Poder, Controle, Acesso.

A análise crítica do discurso, com vertente sociocognitiva, integra também a teoria dos papéis sociais com as formas de conhecimento que são representações mentais sociais e individuais; neste enfoque o EU é o construtor dos conhecimentos (ligados à memória individual) que são guiados pelos conhecimentos sociais do marco de cognições sociais.

O marco de cognições sociais constrói no grupo social, um conjunto de avaliações representativas do mundo e ele é decorrente do ponto de vista pelo qual este grupo observa, veem o mundo com seus objetivos, interesses e propósitos; esta diversidade, no entanto, apresenta uma unidade que resulta da memória social de uma nação.

3. A identidade cultural: conjunto vivo de relações sociais e patrimônio simbólico

Se o objetivo geral da análise crítica do discurso, com vertente sócio-cognitiva, é compreender a relação entre as estruturas discursivas e os contextos locais, sociais e globais, o discurso é vital para a caracterização da identidade cultural brasileira, vista em uma concepção de contemporaneidade, de percepção comum que os grupos sociais têm de estados de coisas do mundo, embora possamos encontrar variedades/variações para cada grupo.

A denominação da chamada identidade pode ser observada nos aspectos peculiares de um determinado povo com suas crenças, ritos e experiências comuns que formam a identidade particular, por ex: a identidade nacional, brasileira, americana, japonesa etc.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. (HALL, 2000, p. 106).

O autor supracitado amplia esta discussão quando pontua que a narração de uma cultura nacional pode ser desenvolvida de várias maneiras: nas histórias e nas literaturas nacionais; na ênfase nas origens, na continuidade; na tradição e na intemporalidade; na invenção de uma tradição; no mito fundacional; na ideia de um povo original. (HALL, 2000)

Sob este prisma, cabe uma ponderação referente ao papel fundamental da solidariedade existente entre língua, sociedade e cultura na construção da identidade ou identidades que vão se moldando quando um

determinado grupo se apropria de seus valores, de suas manifestações, passando de geração a geração, ou seja, perpetuando-os na sua história.

Esta solidariedade tem a ver, entretanto, com a questão da "utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos" (HALL, 2000, p. 109).

Face a este entendimento, cabe a reflexão de que a cultura e a memória são faces da mesma moeda e que os valores, as manifestações, passadas de geração em geração, permeiam as atitudes culturais, fundamentais para a construção de uma identidade.

Amplia este pensamento Canclini (1998), pois de acordo com o autor, para a formulação e a construção das identidades há necessidade de haver intercâmbio e modificações, sendo assim, a cultura e identidade não podem ser pensadas como um patrimônio a ser preservado, pois "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação". (HALL, 1999, p. 48).

Em outro viés, Castells (1999, p. 22-23) relaciona o conceito de identidade a atores sociais ao afirmar que "é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado".

Relacionando o pensamento de Hall (1999) com o de Castells (1999) as representações sociais servem de base para o processo de construção de significado das formas de identidade percebidas no tão falado "jeitinho brasileiro" que será agora discutido.

Ao afirmar o jeitinho brasileiro como elemento de identidade social, Barbosa (1992) pondera que não significa acreditar que a sua simbologia represente a totalidade da sociedade brasileira pois:

> Significa apenas que, em determinados contextos, ele sinaliza um conjunto de relações e procedimentos que os brasileiros 'percebem' como sendo deles. E que essa totalidade expressa na categoria brasileiro só se mantém intacta a uma certa distância de um determinado ponto específico. (BARBOSA,1992, p. 130).

É neste contexto que passamos a discutir o jeitinho brasileiro em suas diferentes concepções.

4. O jeitinho brasileiro em suas variadas óticas

A discussão sobre este tema abre possibilidades para se analisar a palavra 'jeitinho' sobre diferentes óticas e sentidos. A palavra jeitinho, no Brasil, caracteriza de forma positiva e peculiar a capacidade que o brasileiro em sua maioria tem de buscar uma solução para os problemas existentes e de forma negativa o modo de agir fora das normas, do padrão.

Neste contexto, o conceito de jeitinho brasileiro abrange uma imensa gama de ações realizadas fora do padrão que possuem sentido pejorativo, que se legitimaram, mas que para muitos, é considerada normal.

Para Flach (2012), ainda que poucas pessoas façam uma declaração sobre ser a favor do jeitinho e afirmem que ele não é uma forma de malandragem e sim de criatividade na resolução de problemas, as ações realizadas sempre possuem consequências positivas ou negativas. Complementa esta afirmação o referido autor quando pontua que:

> [...] considero que nem sempre este limite entre o certo e o errado está claro, nem sempre há consenso, e isto muitas vezes consiste em uma nuvem nebulosa, que ao se misturar com componentes afetivos, emocionais, contexto, circunstância, influencia diretamente a relação com o jeitinho. (FLACH, 2012, p. 500)

Ao distinguir a simultaneidade brasileira existente entre as noções de individuo e pessoa e da forma como se operam, desde o processo de formação do Brasil no sistema social quanto ao funcionamento do "jeitinho", Da Matta (1988) explicita que "É possível fazer funcionar o "jeitinho" porque o assunto começa sempre com alguém que conhece alguém que pode ajudar a resolver mais rapidamente e com menos complicações e burocracia uma situação dada".

Sobre esta discussão, complementa este pensamento Motta e Alcadipani (1999) quando afirmam que:

> Há ainda, no povo brasileiro, uma aversão aos ritualismos sociais que explicitam as diferenças entre as pessoas, que deixam claras a hierarquia e as desigualdades, quer sejam de poder, quer sejam sociais. Para esses mesmos autores, no Brasil, verifica-se a cultura da pessoalidade, ou seja, o grande valor atribuído à pessoa, sendo que o pessoalmente íntimo é colocado, no mais das vezes, sobre o interesse da coletividade. Os interesses pessoais são tidos como mais importantes do que os do conjunto da sociedade, ocasionando falta de coesão na vida social brasileira na medida em que cada um favorece os seus e os membros de seu "clã", em detrimento do interesse coletivo. (MOTTA & ALCADIPANI, 1999)

Um exemplo claro é propiciado por Silveira (1998) ao pontuar que os provérbios com seu valor de estabelecer um contraponto com a cultura portuguesa, ao retomar certas ideias em novo viés ideológico, criaram verdadeiros clichês culturais brasileiros, como se pode perceber em:

Quadro 1

Unidade fundadora (Portugal)	Diversidade modificadora (Brasil)
Paciência: "Devagar se vai ao longe"	Rapidez, excitação: "Cobra que não anda, não engole sapo"
A posse pelo trabalho: "Quem planta colhe"	A posse pela usurpação: "O que é achado não é roubado"
A moderação: "Quem tudo quer, tudo perde"	A ambição: "Querer é poder"
A aceitação: "Quem espera sempre alcança".	O expediente: "Se não batalha, não tem".

Fonte: Silveira (1998, p. 25).

Assim, diferentes práticas sociais vão sendo linguisticamente formuladas em discursos que dialogam historicamente com a matriz portuguesa. O inusitado da vivência, em contexto tão diverso do europeu, acaba por produzir novos sentidos, enunciados por novos clichês. (SILVEIRA, 1998)

Infere-se então que o chamado "jeitinho" utilizado em determinadas situações é uma alternativa viável no Brasil, pois as normas existentes ao apresentarem dificuldades, estas podem ser tranquilamente contornáveis ou reinterpretadas de outra forma.

Complementa este pensamento Vieira et al. (1982), pois, segundo o autor, "o acentuado formalismo que se faz presente na realidade brasileira proporciona a prática do "jeitinho", ou seja, a maneira pela qual se pode resolver as dificuldades sem contrariar as normas e leis. Sendo assim o "jeitinho é uma prática social que não está limitada às relações entre burocracia e usuário, pois extrapola este contexto e influencia as atitudes e comportamentos dos indivíduos no tratamento e resolução dos obstáculos produzidos na vida". (MOTTA & ALCADIPANI, 1999)

Na visão de Flach (2012, p. 501), pode-se considerar a visão positiva do jeitinho quando há necessidade urgente de solucionar uma determinada ação, ainda que estes casos sejam exceções, mas na maioria das vezes o jeitinho é "uma forma preguiçosa, malandra, de levar vantagem sobre alguma situação, desconsiderando o prejuízo causado ao outro ou ao Estado".

É interessante nesta visão, observar o que o referido autor concebe como traços do jeitinho brasileiro:

Quadro 2 – Traços do jeitinho brasileiro

Características positivas	Características negativas
criatividade e a espontaneidade	excesso de malandragem,
humor para lidar com problemas que surgem repentinamente,	prejuízos a terceiros, como: mentira, corrupção, fofoca, protecionismo,
a busca por atalhos que não ocasionem problemas para terceiros,	imediatismo (preocupação extrema com o curto prazo e pouca preocupação com médio e longo prazo),
Valorização de relações interpessoais,	preguiça e economia exagerada de esforços.
comunicabilidade, o *swing* ou ginga-do	"levar as coisas com a barriga" e "dar um jeitinho na última hora"

Fonte: Cf. Flach (2012), reelaborado por nós.

Com relação a estes traços do jeitinho brasileiro, há expressões linguísticas ou proverbiais que demonstram tanto o humor, a gentileza, a autoestima, a facilidade de lidar com situações extremas, a valorização das relações interpessoais que estão presentes em práticas discursivas do brasileiro como:

- Cordialidade: "Aparece lá em casa", "Quem é visita, sempre é bem-vindo", "Te ligo amanhã", "vou ver o que posso fazer".
- Irreverência: "Se conselho fosse bom, não se dava, vendia-se."
- Fraternidade: "A caridade começa em casa." "Defender os seus não traz prejuízo a ninguém".
- Opressão externa: "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".
- Gentileza: "Pois não", "Já, já."
- Jeitinho: "daqui a pouco", "vamos dar um tempo". "já vou", "vamos ver".
- Aglutinação: "somos todos irmãos", "somos todos filhos de Deus", "hoje sou eu, amanhã pode ser ele".

Este viés do "jeitinho brasileiro" é apresentado por Rega (2000) quando indica três características presentes: inventividade/criatividade, função solidária e o lado conciliador do jeitinho.

A partir dessas expressões, fica claro que é difícil encontrar brasileiro que não tenha uma acepção própria sobre o que é o jeitinho brasileiro e neste contexto, Muniz (2009, p. 15), pondera que:

> Primeiramente, é possível descobrir que é raro encontrar alguém no Brasil que não saiba responder, quando questionado, sobre o que é o jeitinho. Então, afirma-se que a pluralidade dos brasileiros reconhece que o jeitinho é uma forte instituição que marca o seu dia-a-dia, sendo conhecido e legitimado por segmentos sociais.

Uma releitura da obra *O Jeitinho Brasileiro,* de Lívia Barbosa, permite a discussão de semelhante tema, pois algumas questões emergem e muitas vezes exigem reflexões, questionamentos, ações efetivas por parte da sociedade: Por que se relaciona o jeitinho com o subdesenvolvimento, se ele é um mecanismo de ajuste, por que a sociedade brasileira lança mão deste, em determinadas situações, por que o jeitinho está tão presente no nosso cotidiano?

Para a autora, uma das variadas óticas é de ver "o jeitinho como uma forma 'especial' de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida", outra ótica interessante de se refletir é "como uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade".

Há por parte dos envolvidos na arte de "dar um jeitinho" inicialmente um acontecimento imprevisto ou adverso, que segundo Barbosa (1992, p. 33) exige uma forma ou tratamento especial para a resolução eficiente e rápida do 'problema'. Afirma a autora que "não importa se a solução encontrada for definitiva ou não, ideal ou provisória, legal ou ilegal".

De acordo com a autora, a instituição do jeitinho possui o sentido positivo quando visto nas relações sociais, "como saudável, capaz de "promover ajustes face às imponderabilidades da vida", pois "humaniza as regras a partir da igualdade moral entre os homens e das desigualdades sociais" (BARBOSA, 1992, p. 49).

Pondera ainda a autora que quanto ao aspecto negativo, ao ser utilizado em questões políticas e econômicas é visto como um "produto direto das distorções institucionais".

Na linguagem popular, o jeitinho possui várias acepções e as mais usuais são: "jogo de cintura", "sair do aperto", "possuir ginga" "se dar

bem", entre outras tantas expressões percebidas diariamente, de acordo com Muniz (2009, p. 19)

Estas características encontram similaridade nas palavras de Barbosa (1992) quando pondera a partir de uma pesquisa realizada que:

> para se fazer uso do jeitinho tem-se toda uma técnica e, segundo os seus entrevistados, inicia-se com o controle do tom de voz.Saber falar manso, num tom calmo, mantendo a tranquilidade ao máximo, ser fraterno, ter "voz macia, ares simpáticos e olhos suplicantes", é essencial. (BARBOSA, 1992, p. 11)

A leitura da obra de Barbosa traz-nos a reflexão importante que com relação à postura do jeitinho brasileiro vários são os métodos explícitos e implícitos de se utilizar de tal método: a prática discursiva, a coerção, a gentileza, a troca de favores, a ameaça velada, o dinheiro, a posição social ou profissional, ou seja, "ele é aproveitado por todas as camadas sociais, porém não da mesma forma e a grande diferença reside na maneira através da qual cada uma consegue tirar sua vantagem". (BARBOSA, 1992, p. 32).

Há nesta prática, a questão da universalidade, pois é acessível a todos, depende da "boa vontade" e é uma forma "especial" de resolver uma situação difícil ou buscar solução "criativa" quando vista em seu aspecto positivo.

De acordo com Da Matta (2004, p. 8), "trata-se de procurar muitos Brasis", de acordo com o seu ponto de vista "encontramos o Brasil nas instituições formais como o Estado, na Constituição, no mercado, no dinheiro como também no país do jeitinho, da comida, das relações étnicas, da mulher, da religião".

Ao promover a interseção entre dois mundos: o honesto e o desonesto, o jeitinho utiliza como técnica o envolvimento emocional do interlocutor em razão de ambos lidarem com o conflito entre as categorias indivíduo e pessoa operando transformações substanciais.

Na concepção da autora, o desaparecimento do jeitinho só pode ocorrer se houver uma mudança substancial nas instituições, sejam elas privadas ou públicas, na nossa legislação, no ambiente individual ou social; no entanto afirma que enquanto houver convivência social ela persistirá.

Um aspecto interessante na obra de Barbosa volta-se à análise das palavras 'jeito' 'favor' e 'corrupção', "mesmo que a linha que os diferencia seja muito tênue".

Ainda que as pessoas confundam os três elementos, por não saber onde começa uma e termina outra, a autora apresenta uma diferenciação:

> O favor é algo que pede uma reciprocidade, ou seja, geralmente as pessoas fazem favor umas às outras esperando algo em troca, ou ainda, se fica para pagar com outro favor quando o favorecedor precisar, pois envolve confiança, já o jeitinho não necessita ser retribuído, ainda que perpasse quase sempre, algum tipo de infração. (BARBOSA, 1992, p. 34)

Ainda que haja essa diferença, a autora afirma que a expressão "quebrar meu galho" é utilizada pelos brasileiros sem infringir nenhuma regra, no entanto pedir um "favor" a outrem pode representar muitas vezes a transgressão de uma lei. Há, portanto, uma linha muito tênue entre 'pedir um favor' e 'dar um jeitinho'.

Justifica esta atitude Rega, pois de acordo com o seu ponto de vista:

> Em primeiro lugar, há um generalizado *descaso* das autoridades públicas em relação às necessidades reais do povo. Esse descaso ou "salve-se quem puder" alimenta o jeito, que é induzido pelo espírito livre e pela consciência "elástica". Isso leva o povo a se sentir no direito de *transgredir as normas*, já que "os impostos são pagos e o governo faz pouco caso disso". Depois, para não ser punido por causa da transgressão, novamente o brasileiro dá um jeito na situação – paga suborno. É a *corrupção*. De um lado esse procedimento protege o transgressor, de outro reestimula o corrupto a continuar na corrupção. O pagamento do suborno gera a *impunidade* fechando o círculo com a continuidade do descaso e assim por diante. (REGA, 2000, p.67)

Reitera ainda o autor que é visível a diferença entre os aspectos mau e bom ao se conceituar o jeitinho, visto da seguinte maneira: o aspecto mau é perceptível, observado na ação de enganar, burlar, prejudicar o outro, daí a sua imagem de representação como o lado nocivo do jeitinho. Porém, se é utilizado como ato de sobrevivência humana, ao ultrapassar seus limites de certo ou errado perante as normas então estabelecidas, passa a ser visto em seu aspecto bom, positivo, pois representa continuar a sobreviver ou promover o sustento da família.

5. *Considerações ainda que parciais*

O "jeitinho" possui duas faces a serem consideradas: uma cultural, que reflete a identidade (em parte) do povo brasileiro e se manifesta em expressões utilizadas nas suas práticas discursivas e sociais.

Outra face é a moral, que reflete comportamentos negativos que ora são seguidos por parte dos brasileiros e precisam ser desestimulados.

Este tipo de "jeitinho" viola a lógica imposta pelos ordenamentos clássicos em países europeus como França e Alemanha, onde a imposição de regras delimita limites de "poder" e "não poder". Para esses países, se algo é proibido, por exemplo, não há a necessidade de uma norma que defina sua autorização.

No Brasil, no entanto, está o "jeitinho" como uma saída imposta ou uma solução para problemas insolucionáveis, ou seja, esse é o ponto de identidade a ser debatido: no Brasil, entre o "poder" e o "não poder".

A relativização das atitudes é característica brasileira positiva seja por sua informalidade, cordialidade, ou capacidade de improvisações que muitas vezes tendem a assumir papel negativo ao descumprimento de horários, de leis e normas, subversão ou violação das regras de convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Lívia. *O jeitinho brasileiro*: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

_____. *Conta de mentiroso*: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco,1994.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FLACH, Leonardo. O jeitinho brasileiro: analisando suas características e influências nas práticas organizacionais. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 499-514, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCAPADIPANI, Rafael. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Revista de Administração de Empresa*, vol. 39. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REGA, Lourenço Stelio. *Dando um jeito no jeitinho*: como ser ético sem deixar de ser brasileiro. São Paulo: Mundo Cristão, 2000.

SILVEIRA, Regina Célia P. da. Aspectos da identidade cultural brasileira para uma perspectiva interculturalista no ensino/aprendizagem de português língua estrangeira. In: ___. (Org.). *Português língua estrangeira*: perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.